

Veja e o Dossiê dos Gastos FHC: os enquadramentos de um escândalo político midiático
Beatriz Maia Guimarães da Silva
(UNESP)

RESUMO

Esse artigo analisa como se comportou a revista *Veja* a respeito da crise política do governo Lula conhecida como “Dossiê dos gastos FHC”. No dia 26 de março de 2008, *Veja* estampou na capa a chamada: “CPI DOS CARTÕES - O dossiê para intimidar a oposição”. Dentro da revista, uma matéria de seis páginas intitulada “UM DOSSIÊ FEITO PARA CHANTAGEAR”. Buscando evidenciar os tipos de contrastes apresentados, tratamentos e enquadramentos nas abordagens do tema, analisamos oito matérias da publicação de acordo com a análise de enquadramento e a teoria do escândalo político midiático, fundamentalmente.

Palavras-chave: revista *Veja*. Enquadramento. Dossiê dos Gastos FHC. Escândalo político midiático.

"A sociedade é maior do que o mercado. O leitor não é consumidor, mas cidadão. Jornalismo é serviço público, não espetáculo." (Alberto Dines)

Introdução

No dia 26 de março de 2008, a revista *Veja* estampou na capa a chamada: “CPI DOS CARTÕES O dossiê para intimidar a oposição”. Dentro da revista, uma matéria de seis páginas na seção *Brasil* chamada “UM DOSSIÊ FEITO PARA CHANTAGEAR”. Foi o estopim para um escândalo político midiático que ocupou a atenção da mídia nos três meses seguintes, na política, só se falava nisso. Tratava-se de manchar a reputação da ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, apontada pela mídia como possível sucessora do presidente Lula para concorrer ao cargo nas próximas eleições nacionais e possível planejadora da chantagem. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigava o uso indevido dos cartões corporativos por funcionários do atual governo estava no início, e o uso do suposto “dossiê” teria o poder de dar novos rumos à investigação.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de enquadramento jornalístico no contexto de crise política. Especificamente analisamos as matérias jornalísticas da revista *Veja* no que diz respeito às construções textuais e angulações concernentes a episódios do que foi chamado pela mídia de “Dossiê dos gastos FHC”, interpretando como os textos estão construídos, com base na teoria do enquadramento. Foram selecionadas para a análise oito

matérias de 26/03/2008 à 28/05/2008, considerando o pico de atenção pública no tema, desde o surgimento do escândalo até seu desbotamento no cenário político midiático.

Para empreender a análise, utilizamos o método de análise de enquadramento, investigando a construção textual das reportagens e de que maneira o jornalismo representou os acontecimentos. A análise de enquadramento nos fornece os instrumentos para analisar os padrões de apresentação, seleção, ênfase e exclusão textuais através dos quais os jornalistas organizam o discurso, escolhendo, separando, excluindo ou enfatizando determinados aspectos de uma realidade, desenhando uma angulação específica.

Considerando que a imprensa livre é parte fundamental de uma sociedade democrática, investigamos com base em autores como Nelson Traquina e John B. Thompson o funcionamento da mídia e no que isso implica nos tópicos acima citados. Questões como objetividade versus parcialidade são importantes para essa investigação, que pretende situar a imprensa no contexto social e político em que vivemos, considerando a espetacularização das notícias. Abordamos a temática da concentração midiática, processo no qual empresas midiáticas e de produção estão sob controle dos mesmos grupos, o que gera diversas conseqüências, entre elas, a mercantilização da notícia, a informação tratada não como um direito da sociedade, mas como um produto a venda, destinado exclusivamente a gerar lucro.

A operação da mídia se dá em concordância com a teoria dos escândalos políticos midiáticos desse autor, atacando a cota de reputação e confiança do PT, do governo e da ministra Dilma. A teoria de Thompson é usada juntamente com a análise de enquadramento, que nos fornece o método para a análise do *corpus*, e é ilustrada ainda no quarto capítulo.

Com os índices de enquadramentos retirados da revista, foi possível construir uma série de gráficos comparativos e elucidativos, que nos permitiram traçar um panorama sobre os enquadramentos e os posicionamentos da *Veja* a respeito do caso que ela própria chamou de “Dossiê dos gastos FHC”

Lula e Dilma

No dia 27 de outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente do Brasil, com aproximadamente 52 milhões de votos, o equivalente a 61,3% dos votos válidos. A vitória do candidato foi considerada um novo ciclo na política brasileira e sua trajetória símbolo da democracia plena, por ser escolhido para o cargo da Presidência da República um líder popular oriundo do sindicalismo, que fez carreira como operário, manejador de torno mecânico e com pouca instrução formal.

Dilma Roussef foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra-chefe da Casa Civil no Brasil e logo se tornou uma das figuras principais do governo Lula. Segundo especulações por parte da imprensa, Dilma seria o nome mais cotado pelo PT para suceder o atual Presidente da República, concorrendo pelo partido nas eleições de 2010.

O espetáculo

Os profissionais da mídia, com o intuito de ter as melhores e mais completas informações, têm como objetivo cotidiano maximizar as relações que garantem aproximá-los da classe política e de assessores com acesso a informações exclusivas. Já os políticos, vivem sob a constante necessidade de manter acesa a chama da boa relação com o eleitor. Em *O Estado do Espetáculo* (1978), o francês Roger-Gerárd Schwartzenberg, que já passou como editorialista pelo conceituado *Le Monde* e a revista *L'Express* e milita pelo movimento dos radicais de esquerda da França, destrincha os mecanismos usados pelos políticos para envolver o público com artifícios que fogem do plano das propostas de governo e se focam em imagens pessoais de seu líderes.

A política, outrora, eram as idéias. Hoje são as pessoas. Ou melhor, as personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo. Doravante, o próprio Estado se transforma em empresa de espetáculos, em “produtor” de espetáculos. A política se faz, agora, encenação. Agora, todo dirigente se exhibe e se dá ares de vedete. Por aí vai a personalização do poder. Fiel à sua etimologia. “Pessoa” não é uma palavra derivada do latim “persona”, que significa máscara de teatro? (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 9).

É o que o autor chama de *one-man show*, o político assume um papel do que chamaríamos hoje de “celebridade”, e fazem a *media*-política, feita sobre medida para as *media* (1978, p. 8). A mídia, entretanto, não ocupa um papel passivo, de servir aos interesses da política, ela também se serve dos acontecimentos que a política gera, e ela mesma ajuda a gerar.

Dentro desse modelo de relação entre políticos e eleitores a imprensa funciona como um mediador, contribui na configuração da personalização da política e ajuda a derrubar ou levantar informações, alimenta ou abafa episódios de acordo com os interesses particulares de cada veículo. Estes podem ser o compromisso com a sociedade, a precisão da informação e preservação dos interesses públicos, ou os que servem às instituições privadas, os interesses do capital, propósitos políticos, com motivações que escapam aos princípios éticos.

Ideologia na atividade jornalística

O teórico português Nelson Traquina diferenciou dois pólos dominantes no campo jornalístico moderno: o “econômico” ou “comercial” e o “ideológico” ou “intelectual”. O primeiro teve início com a comercialização da imprensa no século XIX, quando as notícias passaram a ser mercadorias de um negócio cada vez mais lucrativo, enquanto o segundo, com a identificação da imprensa como elemento fundamental da teoria democrática, quando o jornalismo passou a ser visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer os seus direitos democráticos (TRAQUINA, 2004, p.125).

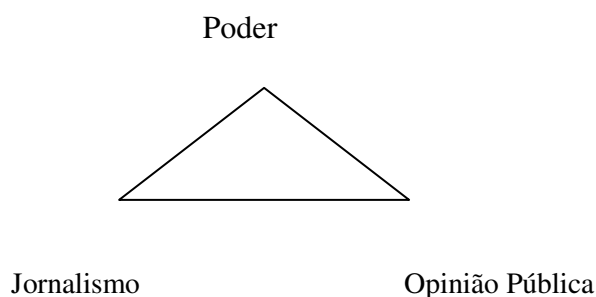
Tivemos a oportunidade de ver que este grupo lutou para ganhar um estatuto social comparado ao das profissões liberais, e nos mais de 150 anos de luta (ainda em continuação) constitui-se uma “comunidade interpretativa” em que os novos “agentes especializados” encontraram uma legitimidade social num processo circular entre os jornalistas e a sociedade na aura da teoria democrática. (idem, ibidem, p.126)

Essa polarização na visão social dos jornalistas criou e ainda cria antagonismos que podem coexistir. Ao invés de enxergar de forma maniqueísta, podemos lançar um olhar analítico, conciliando as duas visões.

De acordo com as teorias da ação política (idem, ibidem, p.163) os *media* noticiosos são vistos de forma instrumentalista, ou seja, servem objetivamente a interesses políticos específicos. Na visão da esquerda desse conjunto teórico, os *media* funcionam na manutenção do sistema capitalista, uma vez que os profissionais dos grandes veículos estão submetidos aos donos dessas empresas e dos anunciantes. Dessa forma, os valores elitistas dos grandes empresários prevalecem, e os pontos de vista do *establishment* (o poder instituído) são o produto encontrado pelos leitores. A ligação intrínseca entre os proprietários dos meios de comunicação e os interesses capitalistas é o elo central da visão da esquerda, que não deixa espaço fora do eixo busca pelo lucro - interesses das classes dominantes. Já na visão da direita, ocorre o oposto. Os jornalistas são vistos como uma massa comunista, um grupo de intelectuais burocratas interessados fundamentalmente em expandir as atividades reguladoras do Estado, e utiliza os *media* como um instrumento propagador dessas idéias. Os profissionais do jornalismo constituiriam uma “nova classe” anticapitalista.

Os dois pólos enumerados no início se relacionam com as duas visões do conjunto teórico brevemente apresentado. As investigações acadêmicas usualmente apresentam os dois extremos para exemplificar os lados opostos e aprofundar a discussão de fenômenos inextricavelmente complexos na produção de notícias.

Um dos maiores mitos da produção jornalística é o da objetividade. Um aspecto fundamental da função do jornalismo na sociedade é o zelo pela democracia, “existe uma função simbiótica entre o jornalismo e a democracia em que o conceito de liberdade está no núcleo da relação” (idem, *ibidem*, p.131). A liberdade está no centro do desenvolvimento do jornalismo, e se conecta inevitavelmente com a democracia. A democracia pressupõe a liberdade, e não tem meios de funcionar sem uma imprensa livre. Nesse campo de ação, o jornalista desempenha uma função de vigia dos poderes públicos em uma sociedade democrática, como no triângulo desenhado por Traquina (2004, p. 130):



O profissional enfrenta o desafio diário de exercer esse papel social, e se depara frequentemente com o mito da objetividade. Não devemos pensar na objetividade com uma dicotomia entre objetividade e subjetividade. O autor a coloca com algo que consegue ser ao mesmo tempo, no imaginário do jornalista que preza o profissionalismo, inevitável e inatingível. Inevitável porque deve ser um objetivo constante, e inatingível em decorrência da participação do jornalista enquanto pessoa, que carrega valores, e que de uma forma ou outra influenciam em aspectos diversos do texto. “Os jornalistas chegaram a acreditar na objetividade porque queriam, porque precisavam, porque eram obrigados pela simples aspiração humana de procurar uma fuga das suas próprias convicções profundas de dúvida e incerteza” (SCHUDSON apud TRAQUINA, 2004 p. 138).

A objetividade então passa a ser considerada como o oposto da parcialidade, e a implantação de procedimentos adotados em larga escala é o método adotado para esse fim. É uma forma de proteção contra eventuais críticas ao trabalho do jornalista e a standardização cumpre essa função. É o caso do uso do *lead* e das aspas. O *lead* organiza a matéria colocando em primeiro os dados fundamentais para a compreensão do fato ao responder as seis perguntas básicas: o que, como, onde, quem, quando e por que. Já o uso das aspas exime o autor da responsabilidade pelo que foi afirmado, coloca o autor da declaração com a palavra, e

fica como se o jornalista deixasse os fatos falarem por si só. Traquinas cita também, para seguir no caminho da objetividade como a não-parcialidade o uso de várias fontes, com opiniões divergentes para não beneficiar nenhum dos envolvidos, independente da posição de quem escreve ou de onde o texto será publicado.

Por exemplo, uma fonte (Fonte A) afirma “X”. O jornalista não consegue confirmar essa informação. Muitas vezes, o jornalista só pode determinar que a fonte A disse “X”. Os jornalistas vêem a afirmação “A disse X” como um “fato”, mesmo que “X” seja falso. Mas isto cria problemas tanto ao jornalista quanto a empresa jornalística, porque o leitor quer supostamente saber se “X” é um “fato”, porque o leitor pode acusar tanto o jornalista como a empresa jornalística de parcialidade, caso não seja apresentada uma opinião contrária. Mesmo que o jornalista não consiga por si só confirmar a veracidade da afirmação da Fonte “A”, ele ou ela podem perguntar à fonte “B” sua posição. Ao apresentar tanto a versão da Fonte “B”, o jornalista pode, então, reivindicar que foi “objetivo” porque apresentou “os dois lados da questão” sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político. (idem, ibidem, p.139)

Adotando esses métodos convencionados o jornalista e sua empresa de origem supostamente se isentam, mas como vimos anteriormente, isso não acontece a rigor. A escolha do *lead* é de responsabilidade do autor, e a simples escolha da ordem das palavras, os termos utilizados, inevitavelmente agregam valores. Cada decisão tomada é invocada pelo profissionalismo e perspicácia do jornalista para selecionar o que é mais importante ou interessante, e assim justificada (idem, ibidem, p. 141).

John B. Thompson (2002) explicou nos seus trabalhos que a idéia do escândalo não é própria das sociedades atuais, mas sim um fenômeno mundial, e observado há muitos séculos. A idéia pode ser remetida ao início da era clássica grega e encontrada até mesmo no pensamento judaico. Já a palavra escândalo surge no século XIV nas línguas romana, francesa, portuguesa e inglesa. Uma mudança significativa ocorreu no começo do século XIX, quando o termo se desvinculou do sentido de blasfêmia e passou a se referir a eventos intimamente ligados à imprensa. Emergiu um novo fenômeno já em seu sentido atual: o escândalo como um evento de mídia.

O escândalo político é o evento que revela, através da mídia, uma série de atividades que, até então, eram escondidas e caracterizavam alguma forma de transgressão. Ele se forma não quando a transgressão é feita, mas sim quando ganha espaço no debate midiático.

No século XIX havia uma série de escândalos na Inglaterra, na França e em outros lugares. Então, você situa o século XIX como o local de nascimento do escândalo político. Mas é o século XX que se torna, de fato, o lar do escândalo político. Uma vez que ele foi inventado, torna-se um gênero narrativo e, logo adiante, uma arma da luta política. (THOMPSON, 2002)

Uma das razões pelas quais o escândalo político ganha tanto espaço no século XX, e principalmente após a década de 1960, é o desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Até então, a visibilidade das figuras políticas já era destacada pelos meios impressos, mas a evolução das mídias eletrônicas, principalmente a televisão, essa visibilidade é fortemente acentuada. As características dessas figuras passam a ser mais facilmente identificáveis, enquanto elas buscam se apresentarem como indivíduos comuns. Questões como personalidade e caráter, passam a ser fundamentais para a vida política, saem dos bastidores e ocupam o espaço principal no palco da ação política, uma vez que a televisão permite que o público visualize detalhes que falas transcritas e fotos ocultavam. Além disso, aparatos como câmeras escondidas, grampos telefônicos dão espaço para investigações completas, ficou mais difícil ocultar informações. O resultado é o que observamos na forma de se fazer política, a fronteira entre a vida pessoal e pública tem se tornado cada vez mais tênue, e tudo isso veiculado para grandes audiências.

Há também a mudança da cultura política. A política tradicional estava fundamentada nas diferenças entre as classes sociais. Havia crenças muito fortes e uma nítida oposição entre esquerda e direita. Mudanças estruturais da sociedade contemporânea provocaram um crescimento de fatias do eleitorado não conectadas aos partidos de direita ou esquerda. Surge um novo eleitor, cujas opções políticas não estão comprometidas com as convicções das gerações anteriores. Emerge o que o autor chama de política da confiança. Nesta nova cultura política, o escândalo assume uma significação poderosa, porque coloca em questão a credibilidade dos líderes. Por outro lado, quanto mais os partidos encontram dificuldades de se identificar com as bases da política tradicional (esquerda e direita), mais eles têm que procurar novos meios de se diferenciar um do outro. Se conseguirem identificar transgressões de normas praticadas pelos adversários, como corrupção ou abuso de poder, podem usar isso como arma para tirar vantagem política. Para isso, dividiremos esse capítulo nas quatro frentes propostas pelo autor: fatores integrados, características dos escândalos políticos, estrutura sequencial dos escândalos políticos e tipos de escândalos políticos. Essa divisão é útil para explorarmos as diversas características de um escândalo, cercado-o por diversos lados com o intuito de desmembrá-lo para melhor análise, usando paralelamente a teoria do enquadramento.

John B. Thompson (2002) levantou os fatores que permeiam o escândalo político tais quais acontecimentos contemporâneos, em uma tentativa de desenvolver uma explicação analítica e delinear uma teoria social de suas condições e consequências. Segundo ele, o escândalo político é configurado como “lutas pelo poder simbólico em que a reputação e a

confiança estão em jogo” (THOMPSON apud SILVA, 2008, p.18). Para o nosso objetivo de análise, vale destacar alguns itens propostos pelo autor para configurar as estratégias e caminhos do escândalo político.

O autor aponta fatores que constituem um conjunto de forças relativas ao cenário em que essa “batalha” por gerir as “cotas” de reputação e confiança ocorrem. Esses fatores dos quais falamos constituem elementos diretamente ligados ao escândalo político, e são três: visibilidade, política da confiança e busca da legitimação do poder simbólico, através da administração da cota de reputação. Quando falamos em cotas de reputação, nos referimos à imagem dos envolvidos – sejam eles partidos políticos, figuras políticas, instituições, etc. – frente à opinião pública. As cotas funcionariam como pontos a favor ou contra, que são relativos à avaliação positiva ou negativa.

Sobre a visibilidade, podemos ressaltar dois pontos antagonistas. O papel central da mídia, especialmente desde a segunda metade do século XX, criou novas formas de interação, o que ocasionou transformações na vida social e política. Se por um lado os políticos recorrem à mídia como principal meio para aumentar a amplitude de seus feitos, por outro isso faz com que fiquem mais vulneráveis. A exposição de seus erros nunca foi tão grande, e há o risco de serem amplificados na mesma medida em que os acertos.

Nas democracias liberais, a política de confiança e resultado do declínio dos partidos políticos e do crescimento do voto desvinculado dos partidos classistas. O eleitor passa a ter opções políticas que não estão comprometidas com as convicções das gerações anteriores. A credibilidade dos líderes políticos pode ser colocada em questão com o surgimento de um escândalo nessa nova cultura política. As bases da política tradicional – direita e esquerda – são diluídas quando os partidos encontram dificuldades em se identificar completamente com uma delas.

Dessa forma, eles precisam encontrar meios de se diferenciarem uns dos outros, e utilizam as transgressões praticadas pelos adversários como um modo de obter vantagem política. A mídia lhes serve quando retrata o comportamento de líderes de partidos opositores, e nesse processo beneficia o concorrente do infortúnio acontecido, ao mesmo tempo em que se beneficia da atenção que o público lhe dispensa.

Quando o voto passa a ter motivações mais independentes passa a haver necessidade de reafirmação da legitimidade do poder simbólico exercido pelos homens políticos a cada período eleitoral, e não mais a simples identificação com uma das bases. A reafirmação ocorre no sentido de confirmar a política de confiança por parte das figuras políticas para com o eleitorado, na tentativa de angariar votos. Quanto mais uma concepção política baseada em

classes se dissolve, mais central se torna a questão do caráter. A credibilidade está intimamente ligada com os programas de governo apresentados, estes só se fazem úteis para o eleitor se a figura que o apresenta é passível de confiança. Esse é o uso do que o autor chama de poder simbólico, a capacidade de convencer o eleitor, através de fatores subjetivos, não só que determinado político apresenta as melhores propostas, mas também que é capaz de cumpri-las.

[o poder simbólico]É a capacidade de persuadir e influenciar as pessoas, ou seja, conseguir que os outros acreditem em você. Como se exercita o poder simbólico? Quando você exercita o poder econômico, precisa de dinheiro. Agora, se quiser exercer o poder simbólico, terá que recorrer à reputação, credibilidade, confiança. Só assim terá condições de persuadir os outros. O escândalo é absolutamente perigoso neste contexto, porque ameaça diminuir ou esgotar estes preciosos recursos. (THOMPSON, 2002)

O escândalo político corrói e esvazia as fontes de poder simbólico, o atingido é privado da confiança antes depositada, sua reputação e seu caráter são ameaçados, e a mídia atua ativamente nesse processo quando ressalta o esvaziamento da credibilidade. A mídia se confunde com o escândalo quando passa a desempenhar o papel de investigadora, reunindo provas e delatando culpados. Uma vez que o escândalo passa a se configurar como tal no momento em que vem a público, a mídia está intrinsecamente ligada aos seus rumos, e assume a função de, sob o respaldo de contextualizar seu público, apontar os motivos da crise. Ela torna-se um agente externo na ação, aponta prognósticos e conseqüências.

Tabela 3: Escândalos localizados e escândalos midiáticos¹

Características	Escândalos localizados	Escândalos midiáticos
Tipo de transgressão	Principalmente de primeira ordem	Primeira e segunda ordem
Tipo de publicidade	Tradicional de co-presença	Midiática
Tipo de revelação	Comunicação face a face	Comunicação midiática
Modo de desaprovação	Comunicação face a face	Comunicação midiática
Base de evidência	Relativamente efêmera	Relativamente durável
Referencial espaço-temporal	Localizado	Sem local

¹ THOMPSON apud SILVA, 2008, p. 21.

O autor diferencia os escândalos midiáticos dos escândalos localizados, pontuando as divergências em amplitude, alcance, e tipos de comunicação envolvidos, o que pode ser útil para categorização nesse estudo, expressos na tabela 3. Os escândalos políticos midiáticos:

a) Envolvem transgressões de primeira e segunda ordem. As de primeira ordem são referentes às infrações que originam o escândalo, elas é que dão origem às de segunda ordem, quando os envolvidos transgridem através de mentiras e distorções na tentativa de minimizar as conseqüências do escândalo. Muitas vezes, as transgressões de segunda ordem tomam proporções maiores do que as de primeira, as infrações originais. É comum no desenrolar de um escândalo que os envolvidos façam parte de uma ação com curso pouco previsível e controlável. Após o acontecimento das transgressões originais, as tentativas estratégicas de contornar a situação por vezes acabam por roubar o foco dos primeiros fatos. Em casos em que encobrimentos ou negações mal-sucedidas, que posteriormente se revelam falsas ou mal-intencionadas, as atenções se voltam para elas, e é importante verificar no que se além o discurso jornalístico, a quais transgressões ele se refere;

b) O tipo de publicidade preponderantemente midiática dispensa a interação face a face. A difusão do escândalo é feita através dos meios de comunicação, portanto a dinâmica dos acontecimentos se estabelece fundamentalmente nos termos interacionais da comunicação midiática, o que se relaciona diretamente com o próximo item;

c) Os eventos revelados no escândalo ganham espaço no âmbito midiático, o que Thompson(1995) chama de vazamento para regiões frontais de comportamentos considerados inaceitáveis, reprováveis ou incongruentes com as posições exercidas e imagens projetadas pelos envolvidos. Os indivíduos, segundo o autor, adaptam seus comportamentos ao projetarem a imagem que desejam passar e manter na região frontal – de maior destaque – e suprimem as características das regiões de fundo que considerem impertinentes. Nesse sentido, é válido observar como a mídia abordou essa revelação, e em que nível fez parte desse processo migratório de um fato da região de fundo (privada) para a frontal (ao alcance da opinião pública), e as possíveis reações tanto dos envolvidos como da sociedade;

d) No que cabe ao modo de desaprovação, podemos afirmar que este também se dá no âmbito midiático. A principal conseqüência prejudicial aos envolvidos no escândalo é a diminuição de sua “cota” de reputação. O modo como a mídia administra a repercussão dos eventos é fundamental para medir os ônus dos envolvidos. Quando ela manifesta sua desaprovação acaba por influenciar nas conseqüências geradas à visibilidade, caráter e reputação dos personagens. Através da construção do texto noticioso a mídia interfere

diretamente na política de confiança, e pode fazê-lo de forma negativa através de conteúdos humilhantes, caricaturais, reprovadores, etc.;

e) As bases de evidência são relativamente duráveis, uma vez que são constituídas de documentos, fotos, imagens incriminadoras. Provas documentadas, registradas em qualquer meio, comumente são de difícil negação, e por isso tomadas como conclusivas pela mídia. Podemos chamar atenção para a forma como a mídia usa esses materiais como ferramentas incriminatórias, realiza um julgamento paralelo e confere sua sentença, que se não aplica penas oficiais, contamina a política de confiança como já explicamos;

f) o referencial espaço-temporal é diluído, por não ter uma base localizada, o escândalo facilmente atinge proporções nacionais ou globais. Um acontecimento específico de uma região ao cair no furacão midiático passa a representar uma nação, uma época, quando na verdade pode ser pontual, dizer respeito apenas àquele local original. Essa atitude de super dimensionamento que a mídia provoca desloca um evento possivelmente isolado e o promove à preocupação de grupos maiores.

Outro aspecto do escândalo político que merece destaque é o uso das estruturas seqüenciais. No jargão dos jornalistas, o desenrolar de um fato na cobertura midiática é chamado de suíte. Para fazer esse acompanhamento periódico do evento, a mídia reconta a história diversas vezes, e aproveita afirmações e contra-afirmações até que o escândalo se estanque. Isso é o uso das estruturas seqüenciais, o evento tem um início, o estopim gerador de toda a repercussão – seja ela interna, dentro do mesmo meio, ou externa, quando atinge outros meios e a opinião pública – e um fim, ainda que só termine quando não encontra mais alimento na sociedade, ela perde o interesse e o escândalo definha, e não raramente tem seu espaço ocupado por um novo. A compreensão da estrutura seqüencial de um escândalo é útil para localizar o rumo do desenvolvimento do caso nos veículos de comunicação, definido em quatro fases por Thompson (2002): pré-escândalo, escândalo propriamente, clímax ou desenlace, e conseqüências.

Esse esforço para identificar os elementos do escândalo nos ajuda a analisar o fato cercado-o por todos os lados para entendermos o teor do evento, suas motivações e o grau de envolvimento da mídia, que se torna um pedaço fundamental do escândalo, noticiando-o e acompanhando-o.

Análise de enquadramento

A análise de enquadramento é um procedimento metodológico usado para o estudo de matérias jornalísticas, no qual o objetivo é salientar o que está nas entrelinhas, as intenções

por trás do conteúdo publicado. É uma abordagem que “salienta o caráter construído da mensagem, revelando a sua retórica implícita, entranhada em textos supostamente objetivos, imparciais e com função meramente referencial” (SOARES, 2006, p. 250). A análise considera os aspectos socioculturais e políticos do texto, e não implica um questionamento sobre a atuação profissional do jornalista autor das matérias. No desenvolvimento da análise o pesquisador identifica as estratégias textuais e as representações contidas em um *corpus*.

Os enquadramentos podem facilmente elucidar a hegemonia ideológica, uma vez que identificam a distribuição do poder social e político, chegando por vezes a dominar o discurso de tal forma que são tidos como senso comum, ou descrições transparentes dos fatos. A incorporação desse discurso pela sociedade é preocupante, uma vez que o enquadramento passa disfarçado, não como uma interpretação, mas sim como a pura realidade. Subsidiados por atores sociais – políticos, organizações e movimentos sociais – os enquadramentos, segundo o autor, transformam as reportagens em uma espécie de fórum “para as disputas entre enquadramentos concorrentes, no qual os atores políticos competiriam pela construção social da realidade, por meio de suas definições e assuntos” (SOARES, 2006, p. 454). Essa disputa, porém, se dá com forças desiguais, as elites geralmente são favorecidas, em razão da abundância de recursos econômicos, centralização da coleta de notícias em instituições e tendência dos repórteres em atribuir às fontes oficiais maior credibilidade do que às que as desafiam. Por isso a importância nas pesquisas sobre enquadramento da exploração das questões ligadas ao poder social e político.

Ao estudarmos a ação da mídia através do conceito de enquadramento, consideramos que um relato pode ser ideológico não por ser deliberadamente parcial, mas limitado pelo seu contexto social e histórico. Junto a isso está o conceito de ideologia, que não consideraremos como determinista, mas sim como limitador do repertório jornalístico. Não significa necessariamente a intenção consciente de o jornalista iludir ou manipular, a responsabilidade por isso é atribuída a uma estrutura política e social, influenciada pela ideologia em sua forma de dominação hegemônica, da qual o jornalista faz parte. Ocorre por vezes, resultante dessa estrutura, uma diferença de ocorrência entre os enquadramentos mais importantes e os mais freqüentes.

O escândalo do “dossiê”

No caso analisado nessa pesquisa, a revista foi a primeira a expor os documentos dos gastos sigilosos do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e iniciar a polêmica investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Partiu dela também a acusação

da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff (PT), como responsável por encomendar à secretária executiva da Casa Civil e braço direito de Dilma, Erenice Guerra, a compilação dos gastos sigilosos do governo anterior, e a divulgação dos dados ao secretário de Controle Interno do ministério, José Aparecido Nunes Pires.

A ação teria vindo para pressionar a oposição na CPI dos Cartões Cooperativos, que investiga gastos indevidos de funcionários do governo atual. Entretanto, até a conclusão deste trabalho, não foi provada a participação da ministra no caso, apesar de ser apontada enfaticamente pela revista *Veja*. Foi a revista que chamou de “dossiê” a compilação dos documentos em questão, vazados à imprensa pelo senador Álvaro Dias, do PSDB, partido de oposição. A manobra é vista pela esquerda de maneira inversa, como um golpe à possível sucessão de Dilma ao cargo da presidência, golpe esse armado pela oposição para ferir a imagem da ministra junto à opinião pública, acusando-a de os pressionarem.

A revista julgou e condenou a ministra e os secretários, mas o que se sabe ao certo até a conclusão deste trabalho é apenas que os documentos saíram mesmo da Casa Civil, do computador de José Aparecido para a caixa de e-mail de André Eduardo da Silva Fernandes, assessor de Dias. Após dez edições com destaque para o caso, a revista simplesmente o abandonou. Nenhum desfecho foi revelado ao leitor, nenhuma conclusão dos órgãos oficiais foi noticiada. O escândalo não se encerra, pois não há base nos fatos para a apuração oficial. O fato não consegue extrapolar o âmbito da mídia, ou seja, morre quando perde relevância política, logo outro ocupa seu espaço no debate político e aquele morre de inanição.

O governo Lula foi acusado de preparar um banco de dados sobre os gastos sigilosos do governo FHC, com o intuito de chantagear a oposição em uma CPI a qual respondia. A ministra Dilma Rousseff, a acusada de ter mandado preparar o dossiê, se defendeu. Afirmou que houve a digitalização de arquivos do período citado, a qual se estenderá cronologicamente, para facilitar o controle do Tribunal de Contas, o que faz parte de uma série de medidas para aumentar a transparência dos gastos (ROUSSEFF, 2008). Ao publicar os dados informatizados, a revista mostra as garras. A dita transparência, ou simplesmente o fato de o governo atual entrar em contato com dados do governo anterior, intimida a democracia. A oposição – que assume papel de fiscalizar o governo - pode ser acuada e as investigações sobre o recente uso indevido de verbas públicas, prejudicado. A repercussão do fato em outros veículos foi intensa, estava armado o espetáculo.

Foram analisadas oito edições da revista *Veja*, desde a primeira que continha as denúncias, em 26 de março, até a edição de 28 de maio de 2008; a última desse período de efervescência do escândalo com textos relevantes para essa pesquisa. As edições de 30 de

abril e 07 de maio não foram consideradas por não haver matérias específicas sobre o caso analisado.

O modelo metodológico adotado neste trabalho segue o roteiro proposto por Lopes (1990), o chamado Modelo Metodológico da pesquisa empírica em Comunicação, que estabelece como fases da pesquisa: definição do objeto, observação, descrição e interpretação. Analisamos o processo de enquadramento jornalístico no contexto do escândalo do “dossiê dos gastos FHC”, que ganhou grande destaque na imprensa brasileira entre os meses de março e maio de 2008. O caso é analisado na narrativa jornalística da cobertura da *Veja*, no que diz respeito às construções textuais e angulações concernentes a episódios do “dossiê”, interpretando com base na teoria do enquadramento.

Observação

O trabalho de observação, reúne os métodos utilizados para a coleta de dados. Essa etapa pressupõe uma caracterização geral do conteúdo a ser estudado, através de uma leitura flutuante de todo o *corpus* considerado pelo recorte temporal estabelecido. Nesta etapa, foi considerado todo o conteúdo textual que integra o corpo de uma matéria, cronologicamente para facilitar o entendimento do curso que o caso seguiu.

Após essa fase preliminar, foram selecionadas oito edições com conteúdo fundamental para essa pesquisa, com base na riqueza de informações dos textos e no período de mais acontecimentos. Ainda nessa etapa foram estabelecidos os “itens de observação” (aqueles que proporcionam maior potencial analítico), e a contagem das palavras, expressões e frases relevantes para a análise descritiva a seguir.

Descrição

Realizadas as duas primeiras etapas propostas pelo modelo de Lopes (1990), a definição do objeto e observação, passamos à primeira fase da análise de dados da pesquisa, a descrição. Como foi dito, as etapas anteriores compreenderam a caracterização geral do conteúdo estudado e elaboração dos “itens de observação” necessários para nossa análise:

1) DILMA:

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA – Ataques diretos à ministra ocasionadas pelo “Dossiê dos gastos FHC” e ao contexto político ocasionado pela crise, indicando possível ação consciente praticada que sugira deslealdade ou fraude capazes até de justificar o afastamento da ministra.

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA – Ataques e críticas à conduta da ministra (inação, omissão, incompetência administrativa) que supostamente contribuíram para o surgimento do escândalo, para atrasar a elucidação dos fatos ou aumentar o sentimento de incerteza da população.

INOCENTE / DILMA POSITIVA – Reforço de atitudes positivas da ministra-chefe da Casa Civil a respeito do “dossiê” que sugiram comportamento ou caráter pró-ativo, responsável, firme etc. – tanto no âmbito de suas qualidades gerais enquanto ministra como reforço positivo de sua trajetória.

2) GOVERNO:

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA – Atribuição de culpa ao governo, especificamente a referência direta ao substantivo “governo”, subentendendo o conceito relacionado ao poder executivo ou ao presidente e seus ministérios.

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA – Colocações que relacionem o escândalo político estudado a ações governamentais (atribuindo-lhes responsabilidade), como a escolha da base aliada, ou responsabilização de personagens ligados ao governo. Nessa categoria entram críticas e imputações de culpa ao presidente Lula.

INOCENTE / POSITIVO – Afirmações, insinuações e argumentos que busquem ressaltar atitudes adequadas do governo a respeito do “dossiê”, colocando-o como esfera administrativa ativa, positiva, responsável, firme etc.

3) PARTIDO DOS TRABALHADORES:

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA – Ataques ou imputações diretas de culpa à legenda; enquadramentos que reforcem o comprometimento, responsabilização ou culpa da sigla “PT”.

CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA – Imputação de culpa a pessoas específicas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, sugerindo a existência do que poderíamos chamar de “banda podre” do partido.

INOCENTE – Afirmações, insinuações e argumentos que busquem ressaltar tanto atitudes adequadas do partido a respeito do “dossiê” (ou circunstâncias a ele relacionadas), como colocações que ressaltem os aspectos positivos da legenda.

4) DENÚNCIAS:

CRÍVEIS – Entram nesse item colocações que considerem procedentes as acusações do deputado Álvaro Dias, considerando-as críveis, coerentes, legítimas, etc.

VERACIDADE QUESTIONADA – O oposto do item anterior: afirmações, insinuações ou argumentos que questionem a veracidade, credibilidade ou legitimidade das denúncias do “dossiê”.

5) REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT – Este item foi estabelecido para que se possa fazer inferências a respeito de como a revista se relaciona com alguns conceitos relacionados à esquerda política e em que medida recorreu a eles.

6) REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS – Este item foi estabelecido para que se possa fazer inferências sobre como as revistas enquadram os eventuais adversários políticos ou a oposição constituída.

As categorias firmadas e a quantificação partiram dos próprios “itens de observação” estabelecidos. Elaboramos tabelas para cada uma das “matérias-chave” da *Veja*, e uma para os dados de todas as edições somados.

Ao todo foram selecionadas mais de 200 expressões e frases das revistas aptas a serem categorizadas. Em certos casos, algumas frases e expressões serviram a duas ou mais categorias² e optou-se por usar esse recurso para não ter de desmembrar a frase e comprometer sua unidade de sentido.

Os resultados dessa categorização apontam os seguintes dados³

Tabela 1 *Veja*: Número de expressões e frases por categoria

VEJA: TOTAL DAS MATÉRIAS	RESULTADO
--------------------------	-----------

² Nesse caso, as frases foram contabilizadas o número de vezes em que foram categorizadas, resultando na soma de 355.

³ As tabelas e os gráfico a seguir foram elaboradas pelo autor.

DILMA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	15
DILMA: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	31
DILMA: INOCENTE / POSITIVA	6
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	77
GOVERNO: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	30
GOVERNO: INOCENTE / POSITIVO	8
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA	26
PT: CRÍTICAS / RESPONSABILIZAÇÃO INDIRETA	8
PT: INOCENTE	3
DENÚNCIAS (CRÍVEIS)	84
DENÚNCIAS (VERACIDADE QUESTIONADA)	14
REFERÊNCIAS À ELITE / CONSPIRAÇÃO / ESTABLISHMENT	9
REFERÊNCIAS À OPOSIÇÃO / ADVERSÁRIOS	26
	TOTAL: 355

Com base nesses números, é possível analisar a evolução do caso na *Veja*, e a qual agente foi imputada maior responsabilidade pelo escândalo político do “dossiê dos gastos FHC” ou em que direção a revista empregou o seu maior esforço discursivo:

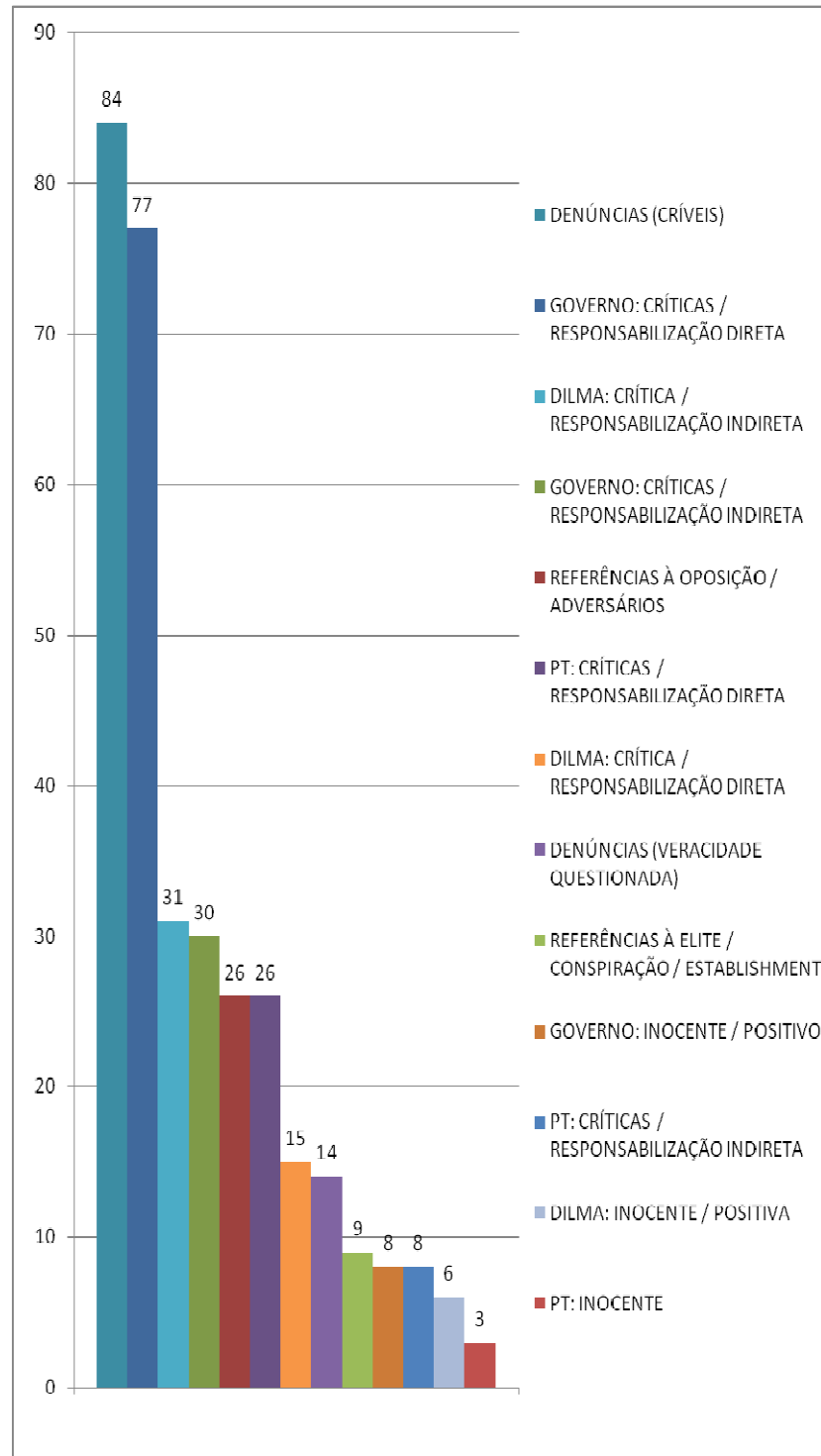


Gráfico 1: contraste entre total de categorias

Conforme aponta o gráfico 1, em termos de número de menções analisadas, a revista *Veja* se refere, principalmente, à veracidade das denúncias, bate nessa tecla 84 vezes ao todo (23,66% do total de 355 menções analisadas). Nesse aspecto, a revista enfatiza a existência de um dossiê com o objetivo de chantagem. Uma vez que partiu dela a denúncia, ela quem empregou o termo “dossiê” pela primeira vez ao falar do caso, e teve acesso exclusivo a

trechos do documento, podemos entender o porquê de tanto destaque para a veracidade da denúncia. Abaixo, relacionamos alguns exemplos de expressões características desse enquadramento jornalístico, que apareceram na revista:

“O Palácio do Planalto mandou fazer um dossiê sobre os gastos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seus últimos cinco anos de governo – e ameaça divulgá-lo para tentar constranger os opositoristas que insistem em investigar o presidente Lula”. (VEJA, 26/03/2008)

“Depois de inúmeros desmentidos, seis versões oficiais, dezenas de negativas da ministra Dilma Rousseff e várias teorias da conspiração, está comprovado: como VEJA revelou há oito semanas, o dossiê com o detalhamento dos gastos pessoais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua família foi feito mesmo na Casa Civil da Presidência da República e, de lá, ganhou asas rumo ao Congresso Nacional”. (VEJA, 14/05/2008)

A maior responsabilidade é atribuída diretamente ao governo, o que significa que a revista preferiu culpar toda a instituição, como é percebido pelos títulos das matérias, que deixam clara a visão de que há um escândalo no Palácio do Planalto, e não em uma área específica. Há o deslocamento do fato de um espaço pontual para um geral que o abrange. Já a responsabilização da ministra Dilma Rousseff é feita na maior parte de forma indireta, através de insinuações. É como se a revista deixasse que o leitor tire suas próprias conclusões, desenhando para ele o caminho que deve seguir, de forma implícita. A responsabilização indireta da ministra corresponde a 8,7% das menções analisadas, é a terceira mais freqüente.

A responsabilização indireta ao governo, a quarta mais freqüente, se refere na maior parte das vezes ao presidente Lula, ataca fortemente sua imagem, e nos remete ao escândalo do mensalão, quando ele foi atacado e colocado de forma irônica como desavisado. Trataram Lula como uma marionete de outras figuras políticas, como José Dirceu, que na época ocupava o cargo que é hoje de Dilma. Remeter ao mensalão, mesmo que indiretamente, sem tocar no assunto, mas abordando de forma semelhante é uma maneira de colocar esse escândalo como um fato recorrente, como mais uma corrupção petista, como observamos no trechos abaixo:

“Os petistas, porém, há muito tempo descobriram na produção de dossiês um método eficiente para combater os adversários”. (VEJA, 16/04/2008)

O gráfico 2 compara as menções positivas e as negativas em relação ao PT corroboram os trechos destacados e o desequilíbrio entre os enquadramentos, 34 negativos para 3 positivos:

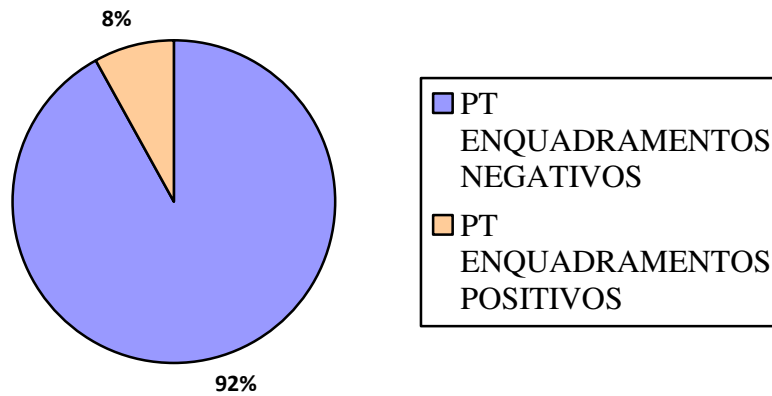


Gráfico 2: proporção entre enquadramentos negativos e positivos do Partido dos Trabalhadores

Críticas genéricas ao governo como um todo não faltaram, e as supostas contradições entre os membros foram largamente destacadas pela revista.

“O governo se contorce há mais de vinte dias tentando apresentar uma explicação minimamente convincente para a montagem do dossiê com informações sobre as despesas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso”. (VEJA, 16/04/08)

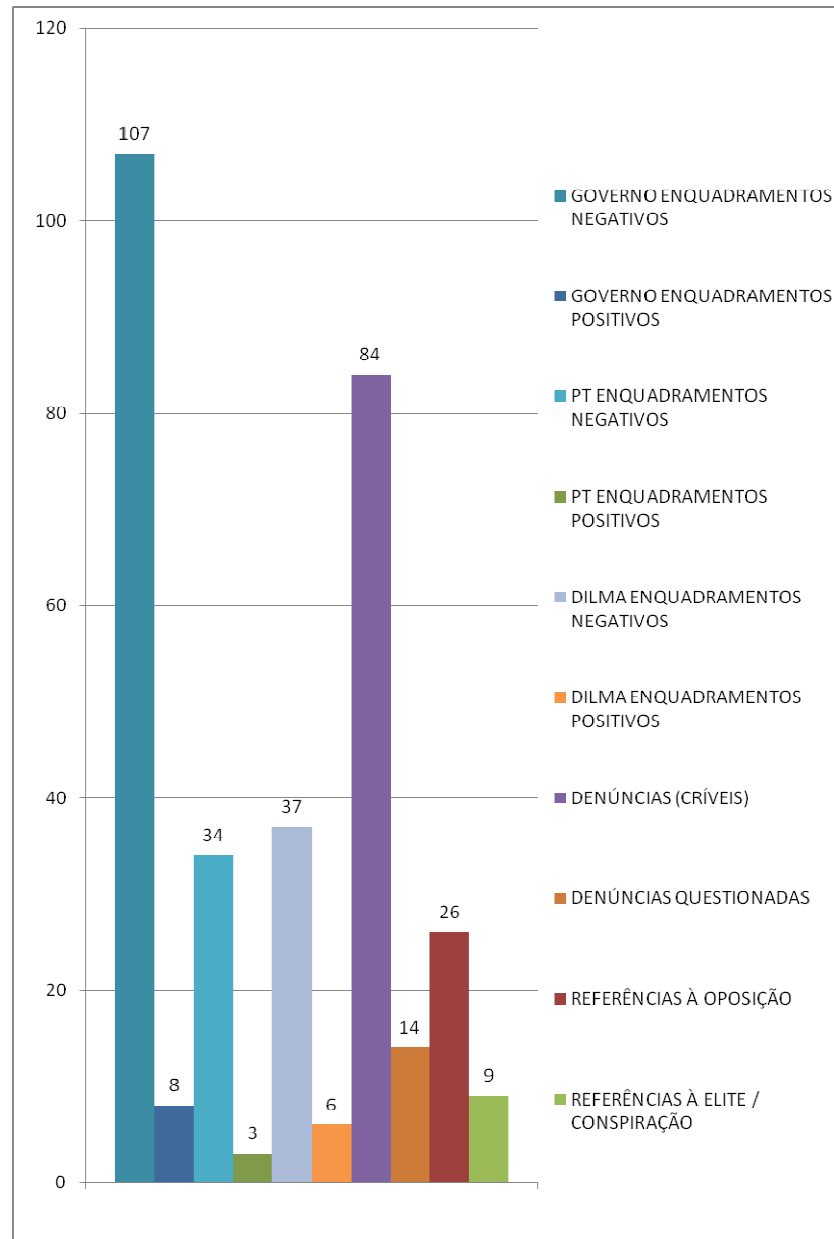


Gráfico 3: contraste entre total de críticas e responsabilizações versus enquadramentos positivos

Fica muito claro no gráfico 3 a predominância dos enquadramentos negativos em todas as menções analisadas. As críticas ao governo são o item mais frequente, seguido de perto pela veracidade das denúncias. A diferença entre os enquadramentos positivos e negativos é gritante, enquanto os enquadramentos negativos do governo correspondem à 29,2%, os negativos representam apenas 0,2% do total de 355 analisados. A disparidade entre os enquadramentos negativos e os positivos é explicitada pelo gráfico 4:

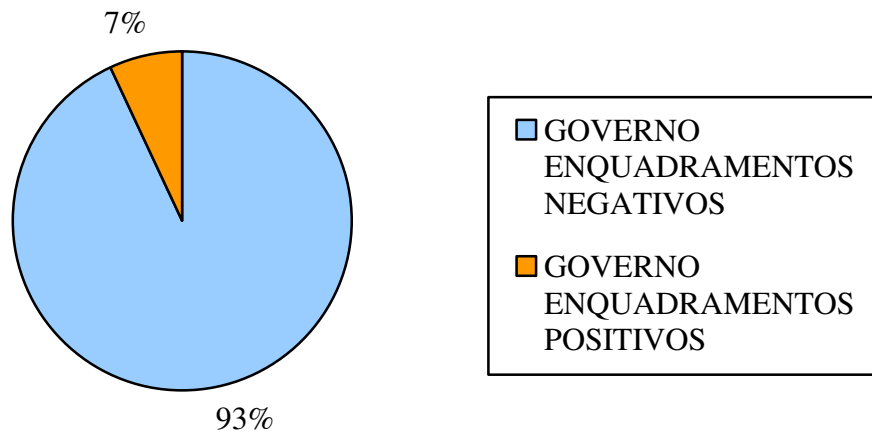


Gráfico 4: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito do governo

Nos enquadramentos que dizem respeito à figura da ministra, a proporção é semelhante a do gráfico anterior, um pouco menor. Na maioria das vezes em que os textos faziam menções positivas à ministra, ao partido ou ao governo, era de maneira irônica. Dilma foi caracterizada como uma mulher forte, de trajetória coesa, inteligente e sagaz, de forma que teria capacidade de armar um dossiê eficiente com o objetivo de chantagem. A revista elogia a ministra com o intuito de destruir depois a boa imagem anunciadas, como no trecho:

“Os repórteres da revista identificaram a origem do documento no Palácio do Planalto, mais precisamente na Casa Civil, chefiada pela todo-poderosa ministra Dilma Rousseff, candidatíssima à sucessão do presidente Lula em 2010”. (VEJA, 02/04/2008)

Por isso, podemos concluir que houve mais enquadramentos positivos em relação a ela do que ao governo, mas ainda assim, a diferença entre os negativos e positivos é grande:

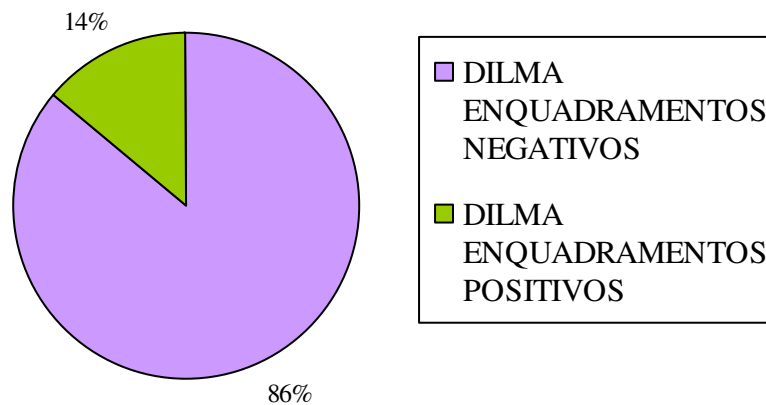


Gráfico 5: proporção entre enquadramentos positivos e negativos a respeito de Dilma

Interpretação

A divulgação de gastos secretos do governo Fernando Henrique Cardoso e acusação do teor chantagista do documento, fenômeno político conhecido como “Dossiê dos gastos FHC” provocou certo fervor midiático, e conseqüentemente em algumas camadas da sociedade brasileira, atraindo os holofotes da mídia entre março e maio de 2008. A maneira pela qual a crise se apresentou (denúncia na mídia) e se desenrolou (forte atenção midiática e modo de desaprovação midiática) a caracterizou como um “Escândalo Político Midiático”, de modo que as reportagens trataram o tema de forma prevista na teoria de Thompson (2002).

A teoria de Thompson foi usada como diretriz para direcionar este trabalho, encontramos elementos que configuram este escândalo político do “Dossiê” como os escândalos políticos caracterizados pelo referido autor. A representação midiática a respeito do empenho das figuras envolvidas em dissociar-se das “más companhias”, a reação dos adversários políticos que usam o evento como arma para prejudicar os envolvidos e se colocarem de maneira oposta a eles, como a mídia enfatiza o escândalo como um elemento que oferece ameaça às “cotas de reputação”, e o desvio do foco de atenção para transgressões de segunda ordem, entre outros.⁴

Os enquadramentos marcadamente polarizados de *Veja* a respeito dos três elementos responsabilizados (Dilma, governo e PT) revelam como a uma conduta visivelmente negativa, que não deixa espaço para dúvidas ou questionamentos. A tentativa de minar a política de confiança desses elementos foi incessante. Inclusive, para isso, a revista chega a divulgar que

⁴ Como foi explorado no capítulo 3, as transgressões de segunda ordem são as que sucedem as transgressões que deram origem ao escândalo, como tentativas de encobrir ou minimizar as conseqüências do evento.

a imagem de Dilma não está sendo afetada, mas deveria, na matéria da edição de 23/04/2008, intitulada “Ela subiu? Mas e o dossiê?”.

Os esforços para contaminar a legitimidade do poder simbólico dos três elementos citados foram em diversos sentidos: caracterizar o PT como um partido fundamentalmente corrupto; Dilma como uma mulher inteligente e artilosa, e também como blindada por ações do presidente; o governo como desorganizado e sem base de apoio suficiente, que necessita de chantagem para conseguir adesões, entre outros. A história do PT, alicerçada na bandeira ética foi um alvo largamente atacado por esse tipo de enquadramento diante da denúncia de chantagem.

Nesse contexto de disputa, grupos de interesses estão empenhados em atacar seus concorrentes. Qualquer infortúnio que venha a prejudicar o desempenho do adversário será celebrado pelo opositor, e essa ação ocorreu no escândalo de ambos os lados. Enquanto as reportagens destacavam a suposta comemoração de membros do governo durante a elaboração do “dossiê” quando encontravam gastos exóticos nas contas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, este, junto com outros membros da oposição, questionava em entrevistas à *Veja* o por que não divulgar os gastos nas contas do presidente Lula, certos de que também revelariam irregularidades.

O caso do “Dossiê dos gastos FHC” gerou inúmeras referências à ministra Dilma Rousseff tanto pelas suas atribuições enquanto chefe da Casa Civil, como pela carga simbólica de sua trajetória, relacionada com a do PT, do presidente Lula, do governo e até mesmo de José Dirceu, seu antecessor no cargo. Entretanto, como observamos no gráfico 3, o maior número de enquadramentos negativos foi a respeito do governo como um todo, e não a respeito da ministra. Podemos dizer que isso faz parte do que Thompson chama de superdimensionamento, desloca-se o evento de um local pontual para um geral, e faz com que uma crise localizada passe a representar outras instâncias que não estão diretamente ligadas ao escândalo. Dessa forma, a crise toma proporções nacionais, e passa a representar a política do PT, e conseqüentemente de todo o governo Lula.

Considerações finais

Esse trabalho, cuja proposta foi analisar os enquadramentos da revista *Veja* – de maior tiragem no Brasil – a respeito do fenômeno político conhecido como “Dossiê dos gastos FHC”, obteve um panorama do comportamento da revista a respeito dos três principais agentes responsabilizados selecionados para a análise: a ministra Dilma Rousseff, o Partido dos Trabalhadores e o governo Lula. Esse panorama abrangeu ainda como foram reforçados

ou negligenciados pontos de vista a respeito da oposição ou adversários, da chamada elite ou *establishment* e a respeito da credibilidade das denúncias de chantagem contra a ministra e seus assessores. A repercussão da denúncia feita pela revista não deixa dúvidas sobre seu poder de colocar questões no debate político brasileiro.

Levamos em conta o papel importante da imprensa livre dentro de uma democracia, mas fazemos ressalvas sobre como ela cumpre esse papel. No contexto atual de concentração midiática, no qual a notícia é um produto colocado a venda, observamos como esse veículo deixa a desejar no que diz respeito à idoneidade e ao compromisso com a sociedade em provê-la de informações comprometidas com a veracidade dos fatos. Os contrastes entre os enquadramentos positivos e negativos, que questionam ou confirmam uma denúncia que ainda não havia passado por apuração oficial corroboram com esse panorama do qual falamos.

Fica clara a posição de *Veja* anti-Lula, contra o governo atual e cada uma de suas figuras fortes quando elaboramos os gráficos que comparam os enquadramentos positivos e os negativos. Podemos daí questionar, qual seria a real importância de *Veja* na política brasileira? Se a revista é a mais vendida do Brasil, coloca importantes questões que rapidamente entram no debate político, por que mesmo com esse posicionamento tão forte contra o governo Lula a aprovação do presidente bate recordes? Como que no meio do escândalo político do “Dossiê”, segundo texto da própria revista, a popularidade de Dilma, agente de responsabilização, continuava subindo?

Neste trabalho foi possível concluir que *Veja* é parcial, a revista ignora completamente o equilíbrio em seus enquadramentos, se posiciona firmemente alinhada com os ideais conservadores, e ataca com veemência o governo Lula e seus aliados. Ela julga e condena como se tivesse autoridade para tanto. O posicionamento conservador da publicação não deixa dúvidas, ela enquadra os fatos de acordo com seus interesses neoliberais e pela manutenção do status quo.

O panorama aqui desenhado do referido escândalo político atendeu aos objetivos ao qual esse trabalho se propôs, e trouxe contribuições importantes a respeito da revista *Veja* e sua relação com o governo Lula, a partir da representação que fez do caso “Dossiê dos gastos FHC”. Essa pesquisa não pretende fechar a discussão em torno desse assunto, mas sim levantar outras questões que permitam cada vez mais a compreensão das relações dos grandes meios de comunicação não só com o governo Lula, mas também com os escândalos políticos midiáticos bem como com a sociedade.

Bibliografia

BIANCHI, Ana Maria. **Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico**. Econ. soc. vol.16 n. 2. Campinas, 2007.

CIVITA, Roberto. **Discurso de Roberto Civita no encontro**, 02/03/2008. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/discurso-roberto-civita-encontro-326312.shtml>>. Acesso em: 23/10/2008.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 02/11/2008.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

DÓRIA, Palmério. **Direitos autorais**. Caros Amigos, n. 134, p.16, maio de 2008.

DÓRIA, Palmério. **Gente fina é outra coisa**. Caros Amigos, n. 134, p.16, maio de 2008.

Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. **GRANDES economistas**. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/Grandes_Economistas_Resultado.asp?ID=68>. Acesso em: 03/11/2008.

GUERREIRO, Gabriela. **Em depoimento no Senado, Dilma se emociona ao falar de tortura sofrida na ditadura**. Folha Online, 07/05/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u399416.shtml>>. Acesso em: 04/11/2008.

GUERREIRO, Gabriela. **Governo do presidente Lula atinge melhor avaliação, diz CNT/Sensus**. Folha Online, 22/09/2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u447506.shtml>>. Acesso em: 01/11/2008.

HIRSCHMAN, Albert O. **A Retórica da Intransigência: Perversidade, futilidade e ameaça**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

JARDIM, Lauro. **Dilma subiu? Mas e o dossiê?** Veja, São Paulo, n. 16, p. 48, 23/04/2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1990.

MANIFESTO. PT 28 anos. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/manifeto.pdf>>. Acesso em: 03/11/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **Fazer dossiê não é crime?** Veja, São Paulo, n. 15, p. 66-67, 16/04/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **No fio da navalha**. Veja, São Paulo, n. 20, p. 68, 21/05/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **O erro de cálculo**. Veja, São Paulo, n. 13, p. 56-60, 02/04/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **O homem-bomba do palácio do planalto**. Veja, São Paulo, n. 19, p. 64-67, 14/05/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **Só falta o autor**. Veja, São Paulo, n. 14, p. 68-69, 09/04/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **Um dossiê feito para chantagear**. Veja, São Paulo, n. 12, p. 46-51, 26/03/2008.

OLTRAMARI, Alexandre. **Um passo acima**. Veja, São Paulo, n. 21, p. 60, 28/05/2008.

PRINICPAIS propostas de Lula. Terra Eleições. Disponível em:
<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/est/lula/lula_quatroprogramas.html>. Acesso em: 01/11/2008.

QUATRO Campanhas de Lula à presidência. Terra Eleições. Disponível em:
<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/est/lula/lula_quatrocampanhas.html>. Acesso em: 01/11/2008.

RAMONET, Ignácio. **A Mídia concentrada**. Disponível em:
<<http://www.umacoisaeoutra.com.br/marketing/ramonet.htm>>. Acesso em: 31/10/2008.

RIPARDO, Sérgio. **Veja perfil de Dilma Rousseff, ex-secretária de Energia do RS**. Folha Online, 05/11/2002. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42152.shtml>>. Acesso em: 04/11/2008.

ROUSSEFF, Dilma. **Entrevista ao Programa do Jô**. Rede Globo, 26/05/2008. Entrevista concedida a Jô Soares.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado do Espetáculo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

SILVA, Vevila Junqueira. **O escândalo do mensalão em revistas semanais: uma análise de enquadramento**. Dissertação de mestrado. Bauru, 2008.

SOARES, Murilo César. **Análise de Enquadramento**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Hamilton Octavio. **Vazamento na Veja**. Caros Amigos, n. 134, p.41, maio de 2008.

TEIXEIRA, Paulo Cesar. **A fábrica de escândalos**. Rio Grande do Sul. Outubro de 2008. Disponível em:
<<http://www.sinpro-rs.org.br/extra/out02/entrevista.asp>>. Acesso em: 29/10/2008

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINAS, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Peninsular, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968: o que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta, 2008.

VICENTE, Maximiliano Martín. **Comunicação e manipulação na época da concentração midiática**. TEXTOS de La CiberSociedad, n. 8, 2006.